

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

25/06/2026

Sumário

1. Auditoria do TCE-GO aponta irregularidades em descontos de servidores estaduais | CBN-GO

2. Mais de 3 mil servidores de Goiás comprometem até 90% do salário com consignados, aponta TCE

CBN GOIÂNIA ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
24/06/2026 03:00

Auditoria do TCE-GO aponta irregularidades em descontos de servidores estaduais | CBN-GO

Visualizar notícia

Fonte original

Auditoria do TCE-GO aponta irregularidades em descontos de servidores estaduais
Levantamento indica que milhares de funcionários tiveram renda comprometida acima do limite legal por empréstimos consignados

Igor Rodrigues

24 de junho de 2026 às 19:03
Modificado em 25/06/2026, 09:25

Auditoria do TCE-GO aponta irregularidades em descontos de servidores estaduais (Diomício Gomes/O Popular)

Auditoria identificou irregularidades nos descontos em folha de servidores estaduais de Goiás. Mais de 3 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas tiveram mais de 70% da renda bruta mensal comprometida, acima do limite legal, em fevereiro deste ano.

O limite permitido para comprometimento da remuneração com consignações, obrigatórias e facultativas, é de 70%. No período analisado, foram registrados 3.339 casos acima do teto. Desse total, 414 servidores tiveram mais de 90% da renda comprometida, enquanto 2.925 ficaram na faixa entre 70% e 90%.

A auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) teve início em novembro de 2025 e verificou os mecanismos de controle do governo para evitar falhas no sistema de consignações, além da análise dos certificados de instituições financeiras conveniadas.

Segundo o TCE, o governo estadual foi alertado sobre as irregularidades e adotou providências antes mesmo do julgamento do processo. A maioria dos casos envolve servidores de três órgãos: Polícia Militar (41,2%), Secretaria de Estado da Educação (18%) e Polícia Civil (9,4%).

Os descontos consignados englobam retenções obrigatórias, como imposto de renda, pensão alimentícia e previdência social, além de despesas facultativas, como cartões de benefício, seguros de vida e empréstimos consignados. Neste último caso, há um limite específico: as parcelas não podem ultrapassar 35% da renda do servidor.

A Secretaria de Estado da Administração (Sead) informou, em comunicado ao TCE, que realizou ajustes nos descontos para adequação às determinações do tribunal. Segundo a pasta, algumas consignações podem ter sido reduzidas ou suspensas para cumprimento do teto de 70%, e a regularização deve ser feita diretamente pelo servidor junto à instituição financeira responsável.

Dados do relatório técnico do TCE-GO apontam que 59,89% dos servidores estaduais possuem ao menos um empréstimo consignado, o que corresponde a 287.152 operações ativas e movimentação de cerca de R$ 157 milhões.

Ouça abaixo:

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
24/06/2026 03:00

Mais de 3 mil servidores de Goiás comprometem até 90% do salário com consignados, aponta TCE

Visualizar notícia

Fonte original

Uma auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou que mais de 3 mil servidores públicos estaduais tiveram a renda comprometida além do limite legal com descontos em folha de pagamento. O levantamento, que está em andamento, acendeu um alerta sobre o risco de superendividamento entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A fiscalização foi realizada na Gerência de Consignação da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e é relatada pelo conselheiro Kennedy Trindade. O trabalho, conduzido pela Diretoria de Fiscalização de Pessoal, vinculada à Secretaria de Controle Externo, teve início em novembro de 2025 com o objetivo de verificar os mecanismos de controle adotados pelo Estado e analisar a regularidade das instituições financeiras conveniadas.

De acordo com o auditor de controle externo Gustavo Felipe Mendes Corrêa, o governo estadual foi informado sobre as irregularidades antes mesmo da conclusão da auditoria e decidiu adotar medidas para corrigir os problemas identificados.

Segundo o TCE-GO, apenas em fevereiro deste ano foram registrados 3.339 casos de comprometimento da renda acima do permitido pela legislação estadual. Desses, 2.925 servidores tinham entre 70% e 90% da remuneração comprometida por descontos em folha, enquanto outros 414 tiveram mais de 90% do salário comprometido.

A Lei Estadual nº 16.898/2010 estabelece que as consignações não podem ultrapassar 70% da remuneração do servidor. Dentro desse percentual, os empréstimos consignados possuem um limite específico de 35% da renda.

Os casos identificados estão concentrados principalmente em três órgãos estaduais. A Polícia Militar responde por 41,2% das ocorrências, seguida pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), com 18%, e pela Polícia Civil, que representa 9,4% do total.

Os descontos analisados incluem tanto consignações obrigatórias, como imposto de renda, pensão alimentícia e contribuição previdenciária, quanto consignações facultativas, entre elas empréstimos consignados, seguros de vida e operações com cartão de benefício.

Diante das irregularidades, a Secretaria de Administração informou neste mês que iniciou ajustes nos descontos realizados em folha, conforme orientação do Tribunal de Contas. Em comunicado, a pasta informou que algumas consignações poderão ser reduzidas ou até suspensas para adequação ao limite legal de comprometimento da renda.

Ainda segundo o relatório técnico do TCE-GO, quase 60% do funcionalismo público estadual possui ao menos um empréstimo consignado. Atualmente, são 287.152 operações ativas, que movimentam cerca de R$ 157 milhões.

O Tribunal segue acompanhando as medidas adotadas pelo governo e deve apresentar o resultado final da auditoria após a conclusão das análises.